

Goret P. Paulo
Chefe do Centro de Estudos em Energia da FGV

Energia para o desenvolvimento

Segundo os princípios de desenvolvimento sustentável, o crescimento do nível de atividade econômica deve ser viabilizado com a garantia de que o meio ambiente seja preservado para o benefício das atuais e futuras gerações. Considerando-se a estreita relação entre suprimento de energia e crescimento econômico, este artigo busca apresentar um exemplo em que a utilização do gás natural, como substituto de outros combustíveis, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. Este exemplo consiste na substituição do óleo diesel e combustível pelo gás natural para geração térmica existente e futuras expansões de capacidade de geração de energia elétrica na região da Amazônia.

Toda a energia elétrica térmica gerada para suprimento da região origina-se de térmicas a óleo diesel e combustível, as quais possuem um elevado custo econômico e significativo impacto ambiental. A utilização do gás natural, cujas reservas encontram-se na região, pode ser uma alternativa interessante, que resultaria em ganhos econômicos e ambientais consideráveis.

Com relação aos ganhos ambientais, verificam-se reduzidos níveis de emissão de gás carbônico (CO_2) alcançados a partir da utilização do gás natural como combustível para geração térmica.

Além das vantagens com relação à emissão de gás carbônico, a substituição dos óleos pelo gás natural como combustível resulta em uma grande redução nas emissões de óxidos de enxofre (SOx) e material particulado, além de reduzir também, em menor escala, as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx).

Do ponto de vista econômico esta substituição reduziria os montantes de encargos pagos por todos os consumidores do país relativos ao custo da queima de óleos para abastecimento de energia elétrica da região [Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)]. Esta conta estabelece o montante a ser rateado entre as empresas de distribuição, e repassados aos consumidores, para composição dos recursos financeiros que darão cobertura às despesas com aquisição de combustíveis.

De acordo com a Lei 10.438, o mecanismo da CCC para os Sistemas Isolados será mantido integralmente pelo prazo de 20 anos. Segundo o Plano Anual de Combustíveis publicado pela Eletrobrás para 2004, do total a ser reembolsado pela CCC (R$ 3.700.920.974), cerca de 91% correspondem à parcela da região da Amazônia. Vale ressaltar que o volume de energia previsto para geração no Sistema Interligado S/SE/CO é bem próximo (82,4%) daquele previsto para os Sistemas Isolados. No entanto, a despesa a ser reembolsada no Sistema Interligado S/SE/CO corresponde a cerca de 9% da despesa total a ser reembolsada. Enquanto nos Sistemas Isolados são usados os óleos diesel e combustível, no Sistema Interligado S/SE/CO o gás natural é o principal combustível utilizado.

A produção de gás natural de Urucu, no Amazonas, é de 9,5 milhões de m^3/dia, suficientes para geração de cerca de 2.300 MW médios. Hoje, na região dos Sistemas Isolados existe geração térmica de cerca de 780 MW médios utilizando-se óleo diesel e combustível. Sendo assim, existe gás natural suficiente na região para substituição dos combustíveis hoje utilizados assim como para atender às necessidades de expansão da capacidade de geração térmica na região.

Para que o aumento potencial do consumo de gás natural na região seja efetivado deverá ser construído um gasoduto para o transporte do gás natural de Coari até Manaus — 420 Km (de Urucu a Coari já existe o gasoduto). Para viabilização desse gasoduto seria necessária uma demanda mínima de gás natural da ordem de 2,5 milhões de m^3/dia, montante equivalente à geração de cerca de 600 MW médios. Atualmente, a capital do Amazonas consome cerca de 550 MW médios.

Este é apenas um exemplo em que o gás natural pode ser utilizado em substituição a outros combustíveis com benefícios econômicos e ambientais. Ao comparar-se a matriz energética nacional com a mundial, verifica-se que na última a participação do gás natural chega a 21%, ao passo que na primeira situa-se em torno de 7%. Um parque gerador de energia elétrica essencialmente hídrico, ausência de mecanismos que reconheçam os benefícios ambientais do uso de gás natural, necessidade de desenvolvimento de infra-estrutura de transporte e distribuição e inexistência de uma política clara e estável para o setor são alguns dos principais fatores que explicam essa baixa participação do gás na matriz energética do país.